

comunicado da
DIRECÇÃO GERAL da AAC
n.º 15 23/10/74



A Assembleia Magna convocada para ontem na Gil Vicente não chegou a realizar-se. De facto a Mesa da Assembleia Geral viu-se obrigada a reconhecer mais uma vez que não havia quorum suficiente para reunir nem deliberar.

O facto de esta Assembleia Magna ser a última duma série de três consecutivas convocadas que se não realizaram por falta de quorum pode levar a um desprestígio do órgão máximo deliberativo dos estudantes da Universidade de Coimbra. E este risco não deve ser encarado de ânimo leve dado que, se a situação se agudize ver-nos-emos a braços com problemas graves e urgentes que os estudantes se verão impossibilitados de resolver por falta do quorum nas suas Assembleias.

No entanto, deve observar-se que, se não se registou a ocorrência significativa às duas Assembleias anteriores foi porque os problemas que então se levantaram não afectaram verdadeiramente ninguém. E se o mesmo aconteceu em relação a esta última Assembleia, terá sido porque um problema resolvido não é tão mobilizador como uma questão que pode conduzir a um debate vivo e frutuoso e que desperte o interesse geral.

Assim, estamos crentes de que, quando se levantarem realmente problemas importantes os estudantes acorrerão massivamente às Assembleias convocadas e nelas terão uma participação activa.

Afirmava-se num dos comunicados anteriores dimanados da Direcção Geral que, se se não registasse quorum para deliberar nesta última Assembleia Magna, nós nos sentiríamos capacitados para pôr em prática a proposta aprovada de comum acordo com os delegados sindicais dos trabalhadores da Cantina. Justifica-se esta atitude por duas ordens de razões: a primeira consiste em que a Direcção Geral assumiu um compromisso perante os trabalhadores, que tem que cumprir; a segunda reside na consciência que esta Direcção Geral possui de que o seu Programa, plebiscitado e largamente apoiado pelos estudantes nas eleições, lhe fornece as bases para a sua actuação em cada situação concreta, com a certeza de ser apoiada pelos estudantes que a elegeram. Assim, pode ler-se num dado passo, do nosso Programa Associativo: "Se a médio prazo só vamos como solução viável a construção de novas instalações (...), a curto prazo há que encetar medidas que, sem prejuízo do legítimo direito dos funcionários a horários de trabalho dignos e justos, consigam satisfazer os interesses dos estudantes".

Embora este passo se referisse concretamente à necessidade de dar mais eficiência à prestação de serviços nas cantinas, nomeadamente através do aumento do seu número, ele revela também os parâmetros em que sempre se enquadrou a actuação da Direcção Geral: sempre procuré-

mos e procuraremos defender os interesses dos **estudantes** sem prejudicar quem quer que seja que se não oponha a esses interesses, como foi o caso do desejo dos trabalhadores da cantina ~~fol-~~garem ao domingo.

Considera pois a Direcção Geral, não havendo opposição de espécie alguma por parte dos estudantes ao acordo firmado com a aprovação dos trabalhadores, o problema está definitivamente sanado, com vantagens para as duas partes.

Na sequência do acordo entre a Direcção Geral e os Delegados Sindicais, muitos estudantes (cerca de duas centenas) inscreveram-se voluntariamente para serem admitidos como trabalhadores a partir do próximo domingo.

O critério que presidirá à escolha definitiva destes candidatos será apenas económico, dependendo das necessidades de cada um dos estudantes e ficará estabelecido numa reunião que decorrerá na noite de 5^ª feira.

Uma certeza permanece em nós no fim de todo este processo: é que os estudantes correrão em massa às suas Assembleias Meeas com a consciência da importância e da gravidade de que se revestem as decisões aí tomadas, e serão conscientes que estão verdadeiramente em jogo os seus interesses e os da Universidade, nomeadamente no âmbito da reestruturação do novo ensino e da construção dum novo país.

A DIRECÇÃO GERAL DA A.A.C.